

TEXTO HISTÓRICO, TEXTO LITERÁRIO E AS RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES

TURRA, Cláudia de Campos Dias. (FINAN)

Resumo: O texto histórico e o texto literário muitas vezes se aproximam e trazem à tona muitos assuntos e questionamentos pertinentes aos estudiosos de diversas correntes e linhas de pesquisas envolvidas com a prática da leitura e construção dos mais variados gêneros textuais. Historiadores, filósofos, teóricos e críticos literários há muito tempo debatem sobre este assunto. Pois, entende-se que a leitura e a interpretação dos textos é que constroem novas narrativas e este domínio está relacionado com a participação social e política na sociedade. As relações entre os textos históricos e os textos literários podem resultar em novos trabalhos e novas reflexões que contribuem tanto para o campo da história quanto para o campo da literatura, além de outros campos de conhecimento.

Palavras-chave: texto histórico – texto literário – historiadores – ficção

Introdução

Historiadores, filósofos, teóricos e críticos literários há muito tempo debatem sobre as relações e as possibilidades de aproximação que há entre a escritura histórica e a escritura literária. Apesar dessa aproximação, é importante ressaltar que o texto literário e o texto histórico resultam em gêneros textuais diferentes, portanto, não desempenham a mesma função e nem a mesma finalidade.

Apesar de se tratar de atividades que possuem diferentes objetivos, é importante provocar a reflexão das atividades dos historiadores e dos escritores de ficção. Pois, entende-se que as relações entre seus trabalhos se cruzam por meio da leitura.

O escritor de ficção é aquele que faz da obra literária um objeto constituído por uma história falsa, imaginada, que pode estar associada a fatos históricos, reais e/ou suprarreais. Apesar de ser uma história inventada, a ficção possui uma ideia de verdade ou realidade dos fatos. Até mesmo os contos fantásticos ou de ficção científica possuem verossimilhança. A verossimilhança dá ao texto uma aproximação da realidade e esse elemento muitas vezes serve como base de interpretação histórica e filosófica. No entanto, o ficcionista não tem nenhum compromisso em registrar fatos reais, o que importa para ele é o efeito da obra, a arte.

Já os historiadores procuram interpretar e registrar os fatos de forma mais verossímil possível. São profissionais que para compreender um contexto ou uma manifestação de determinada época precisa reunir documentos e dados, situar os fatos, reconstruir, interpretar e analisar o passado de indivíduos, grupos e movimentos sociais, instituições, regiões, cultura, arte, ideias e costumes.

Na tentativa de aproximar as atividades do historiador e do ficcionista podemos dizer que tanto um quanto outro são leitores que se apropriam de diferentes textos e fontes para construir seu trabalho.

Ao escrever sobre a apropriação de diferentes textos é importante conhecer algumas das várias definições acerca do que é um texto.

Segundo a definição de Ulisses Infante, a palavra texto provém do latim *textum*, que significa tecido, entrelaçamento. (...) O texto resulta de um trabalho de tecer, de entrelaçar várias partes menores a fim de se obter um todo interrelacionado. Daí poder falar em textura ou tessitura de um texto: é a rede de relações que garantem sua coesão, sua unidade.

Para Koch e Travaglia, o texto é entendido como uma unidade linguística concreta, que é tomada pelos usuários da língua, em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente da sua extensão.

De acordo com Platão e Fiorin, “podemos afirmar que todo texto contém um pronunciamento dentro de um debate de escala mais ampla” (PLATÃO & FIORIN, 1995, p. 13).

Segundo uma das definições mencionadas pelos autores:

Nenhum texto é peça isolada, nem a manifestação da individualidade de quem o produziu. De uma forma ou de outra constrói-se um texto para, através dele, marcar uma posição ou participar de um debate de escala mais ampla que está sendo travado na sociedade. Até mesmo uma simples notícia jornalística, sob a aparência de neutralidade, tem sempre alguma intenção por trás. (PLATÃO & FIORIN, 1995, p. 13).

Um texto, mesmo sendo ficcional, assimila direta ou indiretamente as ideias da sociedade e da época em que foi produzido, não deixa de ser um pronunciamento da realidade vivida pelo autor.

Pensando em literatura e no modo pelo qual o texto literário se diferencia de outros textos, inclusive do texto histórico, percebe-se que a literatura pode conter relatos de passados reprimidos, esquecidos ou tido como insignificantes. E é essa aproximação com a realidade que faz com que o leitor interprete o texto de várias maneiras.

Por isso, muitos estudiosos procuram nesses textos dados que possam ser comparados com outros textos, documentos ou registros, a fim de que possam servir

ou não para o entendimento de um movimento ou fenômeno histórico de uma determinada época.

Uma breve análise sobre o escravo retratado na obra de Machado de Assis

Memórias Póstumas de Brás Cubas é um texto ficcional que de certa forma muda o panorama da literatura brasileira, pois além de expor de forma irônica os privilégios da elite da época, o autor cria um narrador que resolve contar a sua vida depois de morto, se autointitula um “defunto-autor” e narra logo no primeiro capítulo o seu óbito:

Algun tempo hesitei se deveria começar estas memórias pelo princípio ou pelo fim, isto é, se poria em primeiro lugar o meu nascimento ou a minha morte. Suposto o uso vulgar começar pelo nascimento, duas considerações me levaram a adotar diferente método: a primeira é que não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor [...]. (ASSIS, 1971, p.513)

O livro Memórias Póstumas de Brás Cubas foi publicado em 1881, aborda as experiências de um filho de uma família abastada da elite brasileira do século XIX.

A obra é contada em dois tempos. Um é o tempo psicológico, do autor além-túmulo, que pode contar sua vida com digressões e manipulando os fatos à revelia, sem seguir uma ordem temporal linear. A morte, por exemplo, é contada antes do nascimento e dos fatos da vida. Outra parte da narrativa segue no tempo cronológico, os acontecimentos obedecem a uma ordem lógica: infância, adolescência, ida para Coimbra, volta ao Brasil e morte.

A infância de Brás Cubas, como a de todo membro da sociedade patriarcal brasileira da época, é marcada por privilégios e caprichos patrocinados pelos pais. O garoto tinha como “brinquedo” de estimação o negrinho Prudêncio, que lhe servia de montaria e maus-tratos que o menino escravo aceitava de forma passiva. E é a figura do escravo que historicamente nos chama atenção nessa e em outras obras machadianas.

O escravo Prudêncio nos primeiros capítulos do livro era mostrado pelo narrador na condição de mero acessório. Na primeira parte (capítulo XXV) o moleque escravo era arrolado, em igual condição com o charuto, as espingardas e os livros. Já no capítulo LXVIII ele reaparece alforriado e consegue comprar um escravo e no episódio da narrativa é visto por Brás Cubas numa cena em praça pública, que segundo o narrador: “um preto vergalhava o outro”.

Ao ver Prudêncio bater no escravo, o narrador reflete sobre a nova condição do ex-escravo:

Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoadado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as subtilezas do maroto! (ASSIS, 1971, p.565)

Ao leitor que procura na obra de Machado de Assis subsídios para a compreensão do que foi a escravidão no Brasil a primeira impressão é de que não há elementos para tal análise. O escravo aparece na obra Machadiana de maneira geral como uma espécie de apêndice, e a referência a ele é apenas incidental. Embora, no capítulo LXVIII de Memórias póstumas de Brás Cubas o escravo Prudêncio apareça de forma mais humanizada. Pois, a narrativa ficcional do fato de um ex-escravo comprar outro escravo é um dado muito próximo à realidade da época. Esse dado muitas vezes serviu como instrumento de interpretação para o levantamento de registros que comprovassem essa prática. Portanto, não se trata de tomar o texto literário como objeto científico, mas como um dado de interpretação que possivelmente poderá ser comparado a outros documentos que comprovem tais práticas.

Outra observação importante na obra machadiana é que existência da escravidão não escandalizava a sociedade da época, pelo menos as classes sociais que mais predominavam em suas narrativas.

É o caso, por exemplo, da cena de Dom Casmurro em que, através da fala de Bentinho, fica-se sabendo da existência de escravos como algo que compunha o arranjo doméstico. Bentinho indica a existência de escravos quando faz a Escobar uma retrospectiva da história familiar.

Para Machado, a escravidão poderia não ser boa - e ele não deixou de mostrar, ainda que sutil ou ironicamente, os aspectos cruéis e grotescos da escravidão e de uma sociedade que na época associava o poder com a ideia de possuir escravos.

De acordo com Júlio Pimentel Pinto, “inúmeros leitores, colocados em muitas posições interpretativas, está-se falando de uma história que opera com um repertório amplo de experiências e linguagens”. (PINTO, 2004, p.70)

História e Ficção

História e ficção vivem em uma tênue fronteira que se cruzam na construção de narrativas, literárias, televisivas e até mesmo históricas, com aspectos ficcionais ou não. Para alguns historiadores, da mesma forma que a ficção pode fazer uso da história, essa também tem a sua disposição técnicas ficcionais na criação dos textos históricos. Esse cruzamento é complexo e permeia a discussão sobre a cientificidade da própria disciplina histórica, nutrindo um debate intenso entre os profissionais da área.

Alguns historiadores, filósofos, críticos literários fazem importantes considerações a respeito do universo literário e sabem como extrair e interpretar os elementos da história encontrados na ficção.

Hayden White historiador e professor de literatura comparada da universidade de Stanford, em sua obra *Meta-história*, postula a aproximação entre História e a ficção, para White, mesmo a narrativa histórica é subjetiva, uma vez que influenciadas pelo narrador, por outro lado White critica o empirismo ingênuo de parte dos historiadores.

Porém, as relações entre história e ficção não são novas. Aristóteles já as colocava como duas formas básicas de narrativa. A primeira teria por objeto o dado concreto e inscreve-se no domínio da realidade efetiva, da experiência empiricamente verificável. Já a ficção, ou poesia, é definida como uma realidade demarcada do mundo objetivo e transportada para o reino do possível.

A ficção surge no pensamento de Aristóteles como o território da verossimilhança, ou seja, daquilo que, “sem ser real, é credível que tenha ou possa ter acontecido” (ARISTÓTELES, 2004).

Como afirma Peter Burke, “escritores gregos e seus públicos não colocavam a linha divisória entre história e ficção no mesmo lugar que os historiadores a colocam hoje (ou foi ontem?)” (BURKE, 1997, p. 108).

Os poemas de Homero e a história

Ao tratar sobre a Antiguidade histórica e a atividade do historiador deve-se considerar que a reconstrução de um período tem com base, indícios que podem ter origem em elementos arqueológicos, em dados científicos sobre a evolução do ser humano, em tradições de narrativas orais, passadas de geração em geração, e que foram ao longo do tempo transformadas em registros escritos. Essa última

consideração é que servirá como gancho para se tratar da relação entre a história e a ficção a partir dos poemas de Homero.

A Homero se atribuem os dois maiores poemas da Grécia antiga que relatam a guerra de Tróia, a Ilíada e a Odisséia. Os poemas são considerados narrativas de ficção baseadas em relatos orais, escrito quatrocentos anos depois de o fato ter realmente ocorrido. No período em que ocorreu a guerra de Tróia, segundo a tradição, era uma época em que a escrita com base no alfabeto ainda não era dominada pela civilização que habitava o Mediterrâneo, portanto, toda história teria sido passada oralmente.

De acordo com o historiador grego Heródoto, Homero nasceu em torno de 850 a.C. em Jônia, antigo distrito grego da costa ocidental da Anatólia, que hoje constitui a parte asiática da Turquia, mas as cidades de Esmirna e Quio também reivindicavam a honra de terem sido seu berço. Apesar das numerosas contradições sobre a vida e a obra do poeta, o que se sabe com certeza é que os gregos atribuíam a Homero a autoria dos dois poemas.

A obra de Homero, inserida no chamado Ciclo Troiano da tradição antiga, exerceu grande influência sobre a formação da história da cultura ocidental, cujo berço está justamente na civilização grega antiga.

Sobre os textos de Homero foram construídas muitas teorias que viriam a se tornar referências para os estudos da formação da tradição grega. O filósofo Platão, que teria vivido mais de trezentos anos depois de Homero, reconhecia a relevância do autor.

Segundo Filomena Hirata:

"A importância de Homero na literatura grega é enorme. Ele é considerado o primeiro poeta, o primeiro *ãdo* (poeta, em grego). Platão, séculos depois de Homero, ainda dizia que Homero educou a Grécia. Quer dizer, a influência da tradição oral Homérica foi muito forte em toda a cultura grega. Sem dúvida. Você vai estudar a épica grega, você começa por Homero. Você vai estudar a tragédia grega, você começa relacionando com Homero. Você vai estudar medicina grega, você começa pensando naqueles detalhes de onde iam as flechas na guerra, segundo Homero. Se você for estudar retórica, você vai pegar os discursos de Homero", analisa a professora de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), Filomena Hirata.

Porém, os historiadores chamados “puristas”, calcados sempre em métodos os mais científicos possíveis, defendem que aquilo que foi escrito por Homero não

pode ser aceito como real descrição de fatos que teriam ocorrido em Tróia. No entanto, há pesquisas arqueológicas que coincidem com as histórias contadas na Ilíada e na Odisséia que podem ser compreendidas como possuidoras de fundo de verdade no sentido histórico.

Contudo, o que há de mais relevante nos poemas de Homero são as narrativas tradicionais que reportam a memória de um povo, cuja função social de reunir o saber, os padrões de comportamento e a conduta de certos grupos sociais são informações que interessam aos estudos literários e aos estudos históricos em muitos sentidos.

A história, o historiador e a literatura

Atualmente, muitos estudiosos declaram seu fascínio pelo texto literário. Entre eles destacamos o crítico literário Luiz Costa Lima, os filósofos Michel Foucault, Umberto Eco, Ítalo Calvino e o historiador Júlio Pimentel Pinto.

Nenhum dos estudiosos acima citados desconsidera um gênero textual em detrimento de outro. Um texto histórico, um texto filosófico, um texto literário, cada um tem seu valor e é por meio da leitura de vários tipos de texto que se pode estabelecer ou não as relações entre eles.

Muitos autores consideram o texto literário como objeto de análise histórica e classificam esse trabalho como uma das várias percepções do conhecimento. Tanto o texto histórico quanto o texto literário se constrói tendo como base outras narrativas.

Júlio Pimentel Pinto, no livro “A leitura e seus lugares”, trata sobre “o campo e os campos da história”, e sobre as mudanças que ocorreram no final do século XIX, afetando a percepção que se tem do conhecimento. Logo na introdução do capítulo o autor escreve sobre as mudanças da história citando Machado de Assis:

Nas Memórias póstumas de Brás Cubas, Machado de Assis nos fala da “volúvel história, com seus caprichos de dama elegante”. História “volúvel”, talvez, porque jamais fixa, jamais estabelecida. História “caprichosa” porque apegada àquilo que a constitui, que a tece como rede, como teia. História também oscilante, pelas muitas abordagens que permite; história variável, pela pluralidade de focos e objetos que a alimentam; história mutante, pelas influências constantes e dissonantes com o que lida. (PINTO, 2004, p. 63)

De acordo com a citação do autor, a história se renova, e está aberta para dialogar com outros conhecimentos, “seja como carente de auxílios que venham de

áreas técnicas ou humanísticas e que a ajudem a formular seus exercícios de análise e compreensão”. (PINTO, 2004, p.63).

O historiador Júlio Pimentel afirma que as mudanças ocorridas nos últimos séculos causaram um desdobramento no campo da cultura, da qual a história então se projeta como fruto de múltiplos temas e focos narrativos.

Dentro da perspectiva da multiplicidade dos temas e da diversidade dos gêneros textuais é possível se fazer uma reflexão entre o fazer literário e o fazer historiográfico. Esta possibilidade se faz presente no livro “Uma memória do mundo: ficção, memória e história em Jorge Luis Borges, de Júlio Pimentel Pinto, que traz ao leitor uma reflexão sobre a obra do escritor argentino Jorge Luis Borges, a partir do olhar do historiador.

Em sua obra, Júlio Pimentel Pinto estabelece vínculos entre as referências históricas localizadas na obra borgiana, mas reconhece que há um Borges mais memorioso do que historiador, e que para lidar com a memória, precisava inevitavelmente circular no mundo da história.

Por intermédio da figura do memorioso, Júlio Pimentel Pinto inclui Borges no campo das reflexões da história. Para o autor, Borges muda os valores da memória histórica em seu texto, evitando os dilemas da história, pois inscreve no passado a noção do coletivo através do recurso da ficção. Assim, afirma:

A memória é um lugar de refúgio, meio história, meio ficção, universo marginal que permite a manifestação continuamente atualizada do passado. Mais do que adotar a memória como tema, a obra de Borges é, como um todo, um exercício da memória, da vontade de lembrar, da ordem irrefutável de retomar referências passadas. (PINTO, 1998, p. 122)

Seguindo o pensamento de Júlio Pimentel, o escritor, a literatura no século XX, enquanto uma manifestação cultural e "memorial" de um século marcado por uma série de catástrofes, não poderia deixar de expressar, por meio da ficção, de algum modo, o processo de transformação e de alienação do indivíduo moderno por meio das metáforas da ficção. O escritor Jorge Luis Borges, o desmemoriado, sabe que de alguma maneira a recordação está gravada no esquecimento, e que a sua desapareição será reassumida por outras recordações.

Segundo Júlio Pimentel, “não é Borges que se aproxima da história, mas a história – expressa integralmente na historiografia – que pode eleger Borges seu parceiro de ofício”. (PINTO, 1998, p.185).

Considerações Finais

De acordo com o que foi exposto, concluímos que os debates sobre a dinâmica existente entre história e literatura foram intensificados com o surgimento de teorias que questionavam a objetividade do historiador, e consequentemente, as noções de verdade na história.

As constantes e rápidas mudanças do contexto atual levam os estudiosos a pensar que não existe nada fixo nem determinado, reconhecem a existência de ambiguidades nas construções discursivas e defendem que a história pode explorar os territórios da ficção bem como outros tipos de narrativas.

Para Luiz Costa Lima (2006), o historiador não está livre de praticar a *mimise*, pois o ato de reconstituição do passado traz sempre ao seu lado as marcas do tempo e do lugar social que ocupava. Notamos, portanto, que as fronteiras que delimitam o gênero histórico e o literário tornam-se mais permeáveis, no momento em que a história passou a ser vista, por muitos estudiosos, como um discurso de ficcionalização da realidade.

Portanto, pode-se observar que há uma relação entre História e literatura numa perspectiva já existente em várias linhas de pensamento por parte de historiadores, críticos literários e filósofos. Entretanto, esse leque de exploração pode ser ampliado, pois se verificou a partir das referências teóricas que o discurso histórico e o literário, ressaltando suas especificidades, podem ser concomitantemente trabalhados, oportunizando ao leitor ampliar sua capacidade de compreender tanto a História quanto à literatura como possibilidades de conhecimento do mundo.

Referências

ARISTÓTELES, A Poética Clássica. 7ªed. São Paulo: Cultrix, 1987.

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1971, volume.

BARTHES, Roland. O Prazer do Texto. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. 7ª reimpressão. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

FÁVERO, Leonor Lopes & KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística do texto: introdução*. São Paulo: Cortez, 1984.

FIORIN & SAVIOLI, Francisco Platão. 1990. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática.1995.

_____. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática.1996.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves – 7.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

INFANTE, Ulisses. *Do texto ao texto*. Curso prático de leitura e redação. São Paulo: Editora Scipione,1991.

LIMA, Luz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PINTO, Júlio Pimentel. *A leitura e seus lugares*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

_____. *Uma memória do mundo: ficção, memória e história em Jorge Luis Borges*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.